

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DE MANUTENÇÃO DE
INFRAESTRUTURAS**

Entre o:

Município de Espinho

e

Freguesia de Espinho

Considerando que:

- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.
- Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.
- Nos termos do artigo 120.º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativos, é nula.

- A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos.
- A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.

Considerando ainda que:

- Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
- Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;
- As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º;

- A alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º impõe à Câmara Municipal de Espinho a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências;
- Nos termos do artigo 115.º, por remissão do artigo 122.º, o estudo necessário à concretização desta delegação de competências demonstra que as competências no **âmbito da manutenção de infraestruturas** ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias, conforme Anexo I.

Assim, é celebrado o presente contrato interadministrativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre:

O **Município de Espinho**, com o NIPC 501158740, com sede no Largo Dr. José Oliveira Salvador - Apartado 700, 4501-901 Espinho, e com o endereço eletrónico geral@cm-espinho.pt, representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Pinto Moreira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **Primeiro Outorgante**;

e

A **Junta de Freguesia de Espinho**, com o NIPC 506954994, com sede na Rua 23, N.º 271, 4500-141 Espinho, e com o endereço eletrónico geral@jf.-espinho.pt, representada pelo Secretário, Vitor Jorge de Oliveira Sousa, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **Segunda Outorgante**;

Que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Espinho na Junta de Freguesia de Espinho, em matéria de Manutenção de Infraestruturas na freguesia de Espinho.

Cláusula 2.^a

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito e dele fazem parte integrante os respetivos anexos.

Cláusula 3.^a

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

- a) O Código dos Contratos Públicos;
- b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.^a

Prazo do contrato

O presente contrato de delegação de competências é válido desde a sua outorga pelo período do presente ano de 2019 e caducará a 31 de dezembro, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 17.^a, 18.^a e 19.^a.

CAPÍTULO II

Objeto do contrato

Cláusula 5.^a

Definição do objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Espinho na Junta de Freguesia de Espinho, no que diz respeito a:

a) Requalificação Praceta do Gaveto das Ruas 11 e Av. 24 e Praceta entre as Ruas 22, 7 e 62.

CAPÍTULO III

Recursos Financeiros

Cláusula 6.^a

Recursos Financeiros e modo de afetação

1. Os recursos financeiros destinados à execução do presente contrato de delegação de competências no montante global de 20 000,00 euros (vinte mil euros) são disponibilizados pelo Primeiro Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante da seguinte forma:

a) Na forma de adiantamento de 20% após a assinatura do presente contrato;

Handwritten initials

b) A título de reembolso, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento efetuados, acompanhados de cópias dos documentos de despesa realizada e paga pela Segunda Outorgante.

2. Os pagamentos serão efetuados até ao limite de 95% do montante máximo previsto, sendo os restantes 5% pagos após aprovação do relatório de avaliação final, previsto na cláusula 10.^a.

Cláusula 7.^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o Primeiro Outorgante, para além das obrigações que decorrem das cláusulas anteriores, obriga-se ainda a:

- a) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- b) Aprovar os relatórios de acompanhamento referente à execução das competências delegadas.

Cláusula 8.^a

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- b) Cumprir todas as orientações e normas técnicas aplicáveis às atividades que foram objeto de delegação;
- c) Entregar ao Primeiro Outorgante os relatórios a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 da cláusula 10.^a.

f. 2

Cláusula 9.^a

Obrigações adicionais

Os representantes indicados por ambas as partes devem reunir-se sempre que necessário.

Cláusula 10.^a

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela Segunda Outorgante os seguintes relatórios:
 - a) Relatórios de Acompanhamentos, que devem ser acompanhados dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo Primeiro Outorgante;
 - b) Relatório de Avaliação Final, que deve ser entregue até ao dia 15 (quinze) de dezembro do presente ano.
2. Os relatórios mencionados no número anterior devem seguir o modelo constante no Anexo II.
3. O Primeiro Outorgante poderá disponibilizar uma plataforma *online* para o reporte dos relatórios mencionados no número 1.
4. O Primeiro Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.^a

Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos na alínea a) do n.º 1 da cláusula anterior que não sejam acompanhados dos respetivos documentos de despesa importam para a Segunda a restituição dos recursos financeiros disponibilizados pelo Primeiro Outorgante ou de parte destes.
2. Os relatórios a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.

3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração do Primeiro Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

4. Os documentos de despesa são compostos pelas faturas que decorram das atividades desenvolvidas, acompanhadas dos respetivos recibos para que sirvam de comprovativo das despesas executadas

Cláusula 12.^a

Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 13.^a

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efetuando inspeções, ou pedindo informações que considere necessárias.

2. As determinações do Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

Cláusula 14.^a

Elegibilidade das despesas

Poderá ser elegível até 20% do montante, previsto no n.º 1 da cláusula 6.^a, documentos de despesa relativos a intervenções em outras vias que não as mencionadas na cláusula 5.^a, desde que previamente autorizadas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal de Espinho.

CAPÍTULO IV
MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 15.^a

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 16.^a

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:
 - a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 17.^a

Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:
 - a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;
 - b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.
2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 18.^a

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 19.^a

Denúncia e Caducidade

A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:

h. h.

a) Câmara Municipal de Espinho: geral@cm-espinho.pt;

b) Junta de Freguesia de Espinho: geral@jf-espinho.pt;

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 21.^a

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.^a

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura.

Cláusula 23.^a

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* página web do Município de Espinho, com o endereço www.cm-espinho.pt e na página web da freguesia, com o endereço www.jf-espinho.pt e afixado em local próprio nas respetivas sedes.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo foi presente à reunião ordinária da Câmara Municipal de Espinho em 20 de maio de 2019, com base na autorização facultada pela Assembleia Municipal de Espinho em 26 de fevereiro de 2019, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para

2019, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e presente à reunião extraordinária da Junta de Freguesia de Espinho em 06 de junho de 2019, em conformidade com o disposto na alínea i) e j) do n.º 1 do artigo 16.ª da referida Lei, tendo sido submetido à 2.ª sessão ordinária da Assembleia de Freguesia de Espinho de 26 de junho de 2019, para efeitos de autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

O presente contrato interadministrativo é feito em duplicado e vai ser assinado pelas partes outorgantes.

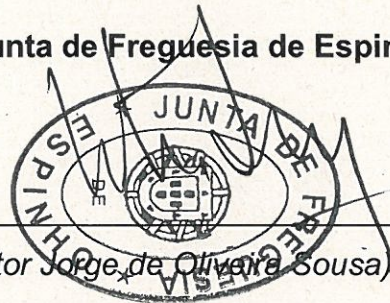
Espinho e Paços do Município, 08 de julho de 2019

Pelo Município de Espinho,



(Dr. Joaquim José Pinto Moreira)

Pela Junta de Freguesia de Espinho,



(Vitor Jorge de Oliveira Sousa)

Anexo I

Freguesia de Espinho

Requalificação da Praceta do Gaveto das Ruas 11 e Av. 24.	QT	UN	Total
Estudo Prévio a aprovar pela DOM	1	Vg	
Estimativa Mobiliário Urbano	1	Vg	
Requalificação dos pavimentos	232	m2	
Requalificação dos pavimentos	70	m2	
Proteção do ecoponto	1	Vg.	13 017,85 €

Requalificação da Praceta entre as Ruas 22, 7 e 62

Estudo Prévio a aprovar pela DOM	1	Vg	
Requalificação dos pavimentos	100	m2	
Requalificação dos pavimentos	40	m2	
Reparação e substituição pontual de Guias	50	ml	
Mobiliário urbano	1	Vg	5 850,00 €

Total 18 867,85 €

Total com IVA 20 000,00 €

ANEXO II

Freguesia

Espinho

Ano:

2019

Infraestruturas	Montante Previsto	1º Pedido Adiantamento	2º Pedido	3º Pedido	4º Pedido	5º Pedido	Por executar
Requalificação da Praceta do Gaveto das Ruas 11 e Av. 24.	13.798,92 €						13.798,92 €
Requalificação da Praceta entre as Ruas 22, 7 e 62	6.201,07 €						6.201,07 €
Montante a transferir	20.000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	20.000,00 €

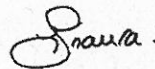
R. f.

Reunião Ordinária de Câmara de 3/06/2019

Deliberação Nº 118/2019: Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito de Manutenção de Infraestruturas Diversas

Presente a informação n.º 1087/2019 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as minutas dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Manutenção de Infraestruturas diversas nas Juntas de Freguesia do Concelho de Espinho, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da autorização facultada pela Assembleia Municipal de Espinho em 26 de fevereiro de 2019, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para 2019, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

A Secretária da Câmara,



Isaura Maria Gomes Pinto Rocha Gonçalves



JL. P.

ATA EM MINUTA

-----Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se nas instalações da Junta de Freguesia de Espinho, sita na rua vinte e três números duzentos e setenta e um, uma reunião Extraordinária da Junta de Freguesia de Espinho. -----

-----Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada na Reunião de Junta, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como o original do referido documento, a ata em minuta. -----

- Contratos interadministrativos de delegação de competências no âmbito de manutenção de infraestruturas e da gestão de praias. -----

- Aprovadas por unanimidade. -----

----- E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Junta de Freguesia deu por encerrada a reunião às vinte e três horas, da qual, se lavrou a presente ata em minuta, que será assinada pelo Presidente e por mim que a secretariei. -----

O Presidente

(Vasco José Carvalho Alves Ribeiro)

O Secretário

(Vitor Jorge de Oliveira Sousa)



Assembleia de Freguesia de Espinho

↓ P2.

ATA EM MINUTA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se nas instalações da Junta de Freguesia de Espinho, sita na rua vinte e três número duzentos de setenta e um, a 2ª sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Espinho. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 9.º, n.º 1, alínea j) e do estipulado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou a Assembleia de Freguesia aprovar a delegação de competências no âmbito de manutenção de infraestruturas e no âmbito de gestão de praias conforme consta nas Minutas dos Contratos Interadministrativos a celebrar entre o Município de Espinho e a Freguesia de Espinho. -----

----- As decisões foram aprovadas com 7 votos a favor e 1 abstenções, estando presentes 13 membros. Possui efeitos executórios nos termos legais aplicáveis. -----

----- Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se exarou a presente ata em minuta, que será assinada pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia

CONTINHE
DIRETOR



EDITAL

Nomeações

Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, Presidente da Junta de Freguesia de Espinho, nos termos do artigo 91º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro FAÇO PÚBLICO que por meu despacho foi:

1. Designado Secretário da Junta de Freguesia o vogal Vitor Jorge de Oliveira Sousa, sendo o mesmo substituto legal nas situações de ausência e impedimento do Presidente da Junta de Freguesia.
2. Designado Tesoureiro da Junta de Freguesia a vogal Cordélia Sofia Vicente Catarino de Araújo.
3. Designado como Vogal Laura Maria de Sá Miranda Bárto Veríssimo.
4. Designado como Vogal João Luís Carrilho das Chagas.

Nos termos do despacho n.º 1/2017, de 18 de outubro anexos a este edital.

E, para constar, se publica este e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Espinho, 18 de outubro de 2017

O Presidente da Junta de Freguesia de Espinho

(Vasco José Carvalho Alves Ribeiro)